

Educação, Ensino Religioso e Formação de Professores: Um Olhar Crítico sobre a Necessidade de um Ensino Religioso Laico e Não Proselitista

Education, Religious Education and Teacher Training: a
Critical Look at the Need for Secular and Non-proselytizing
Religious Education

Laudiana Andriola de Aquino¹

Rita Cristiana Barbosa²

Lusival Antonio Barcellos³

Resumo

O ensino religioso nas escolas públicas brasileiras tem gerado intensos debates, especialmente no que se refere à laicidade do Estado e à promoção de uma educação inclusiva e plural. Com base nas diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e em novas abordagens pedagógicas, como as propostas por Vasconcelos (2023) e Evangelista e Aragão (2023), o ensino religioso deve ser laico e não proselitista, valorizando a diversidade religiosa e cultural do país. Essa mudança busca garantir uma formação cidadã sem favorecimento de uma crença específica. O objetivo desta pesquisa é discutir e fundamentar a necessidade de um ensino religioso que respeite o princípio do Estado laico, promovendo a diversidade e o respeito em ambientes educacionais, sem proselitismo. A metodologia adotada foi uma análise crítica e um levantamento bibliográfico, com base em estudos de autores como Vasconcelos (2023), Evangelista e Aragão (2023), e outros que discutem a implementação do ensino religioso laico no Brasil. O estudo apresentou a necessidade urgente de revisar a formação dos professores e as práticas pedagógicas, para garantir um ensino religioso que respeite a pluralidade e esteja alinhado com os princípios da laicidade e da democracia, promovendo a convivência respeitosa entre as diferentes tradições religiosas.

Palavras-chave: Estado laico; Ensino Religioso; Pluralidade religiosa; Formação de professores.

¹ Mestranda em Ciências das Religiões, Programa de Pós Graduação em Ciências das Religiões – PPGCR, Universidade Federal da Paraíba - UFPB. E-mail: laudianandriola2024@gmail.com.

² Professora do Programa de Pós Graduação em Ciências das Religiões – PPGCR, Universidade Federal da Paraíba – UFPB. E-mail: rcrisbarbosa@yahoo.com.br.

³ Professor do Programa de Pós Graduação em Ciências das Religiões – PPGCR, Universidade Federal da Paraíba – UFPB. E-mail: lusivalb@gmail.com.

Abstract

Religious education in Brazilian public schools has generated intense debates, especially regarding the secularity of the State and the promotion of inclusive and plural education. Based on the guidelines of the National Common Curricular Base (BNCC) and new pedagogical approaches, such as those proposed by Vasconcelos (2023) and Evangelista & Aragão (2023), religious education should be secular and non-proselytizing, valuing the country's religious and cultural diversity. This change seeks to ensure civic education without favoring a specific belief. The objective of this research is to discuss and substantiate the need for religious education that respects the principle of a secular State, promoting diversity and respect in educational environments, without proselytizing. The methodology adopted was a critical analysis and a bibliographic survey, based on studies by authors such as Vasconcelos (2023), Evangelista & Aragão (2023), and others who discuss the implementation of secular religious education in Brazil. The final considerations highlight the urgent need to review teacher training and pedagogical practices to ensure religious education that respects plurality and is aligned with the principles of secularism and democracy, promoting respectful coexistence between different religious traditions.

Keywords: Secular state. Religious education. Religious plurality. Teacher training.

INTRODUÇÃO

O ensino religioso nas escolas públicas brasileiras tem sido um tema de intensas discussões e desafios, em especial no que tange ao respeito à laicidade do Estado e à promoção de uma educação inclusiva e plural. Historicamente, o ensino religioso no Brasil foi fortemente marcado por uma perspectiva confessional e catequética, como destaca a cartilha organizada pelo Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso (FONAPER, 2024). Esse guia prático defende um ensino religioso que valorize a diversidade cultural e religiosa do país e que seja implementado de forma não proselitista, alinhando-se às diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Pesquisas recentes reforçam a importância de um ensino religioso que respeite a pluralidade e que contribua para a formação cidadã sem promover crenças específicas. Vasconcelos (2023) investigam os desafios enfrentados pelos docentes durante a pandemia, especialmente no que concerne à adaptação e ao respeito pela diversidade nas aulas de ensino religioso. Da mesma forma, Evangelista e Aragão (2023) propõem um ensino religioso baseado no pensamento complexo e na transdisciplinaridade, que favoreça o diálogo e a compreensão entre as diversas tradições e filosofias de vida. Tais abordagens buscam superar o viés confessional e proporcionar uma educação mais inclusiva e ética, alinhada com o compromisso constitucional do Estado laico.

Diante dessa problemática, a questão de pesquisa que se coloca é: "Como o ensino religioso pode ser estruturado para respeitar o princípio do Estado laico e promover uma educação inclusiva, sem proselitismo, nas escolas públicas brasileiras?"

O objetivo geral desta pesquisa é discutir e fundamentar a necessidade de um ensino religioso laico e não proselitista, que promova a diversidade e o respeito em ambientes educacionais. Para alcançar esse objetivo, a pesquisa se desdobrou nos seguintes objetivos específicos: analisar os efeitos do proselitismo no ensino religioso e suas consequências para a pluralidade educacional; identificar abordagens pedagógicas que favoreçam um ensino religioso laico e transdisciplinar; explorar a importância da formação de professores para a prática de um ensino religioso inclusivo e não proselitista.

Este estudo foi realizado a partir de uma análise crítica e de um levantamento bibliográfico, que permitiram compreender as nuances e contradições que permeiam o ensino religioso nas escolas públicas. A pesquisa apoia-se, portanto, em uma revisão de literatura para sustentar as discussões e os argumentos aqui apresentados, contribuindo para o debate sobre a necessidade de mudanças na prática e nas diretrizes do ensino religioso no Brasil.

1 A dimensão proselitista do ensino religioso nas escolas

A dimensão proselitista do ensino religioso nas escolas brasileiras é um tema que gera debates significativos no campo educacional, tanto pela sua relevância sociocultural quanto pelas questões legais e epistemológicas envolvidas. Este ensino nas escolas públicas no Brasil tem sido uma área de constante tensão, principalmente no que diz respeito ao risco de se promover uma ideologia religiosa em detrimento de uma educação plural e respeitosa com a diversidade de crenças (Montegro, 2022, p. 36604). A Constituição Brasileira de 1988 estabelece o ensino religioso como parte da formação básica, mas impõe a obrigatoriedade de ser ministrado de forma não confessional. No entanto, a forma como esse conteúdo é abordado nas salas de aula, muitas vezes, esbarra em práticas proselitistas que podem comprometer a laicidade do Estado (Machado; Baratella, 2023, p. 16101).

O proselitismo no ensino religioso refere-se ao esforço em promover ou expandir uma determinada crença religiosa, frequentemente em detrimento do respeito a outras tradições espirituais. Em seu estudo, Martins (2021) discute como as aulas de ensino religioso podem ser influenciadas por um viés confessional, no qual a instrução de um conteúdo religioso não se limita ao estudo acadêmico das diversas religiões, mas se torna uma ferramenta para a disseminação de uma fé específica. Isso pode ocorrer de forma sutil, por meio da escolha de materiais didáticos tendenciosos, ou de maneira mais explícita, através de práticas de evangelização dentro das escolas, muitas vezes sem o devido controle e fiscalização.

Cesar Ranquetat Jr. (2007) aponta que, no contexto das escolas públicas brasileiras, o ensino religioso tem se caracterizado por uma forte presença de elementos proselitistas, sobretudo em regiões onde uma determinada religião

predomina culturalmente. Esse viés confessional pode ser particularmente problemático, pois, ao invés de promover um ambiente de respeito mútuo e pluralidade religiosa, ele acaba por enfraquecer o caráter laico do ensino público e desrespeitar a diversidade de crenças presentes nas salas de aula. O autor também ressalta que o conteúdo do ensino religioso, em muitos casos, acaba sendo uma extensão do discurso religioso hegemônico, o que dificulta a construção de uma educação mais inclusiva.

A análise de Martins, Rosa e Figueiredo (2022) acrescenta que o proselitismo nas aulas de ensino religioso não é apenas uma questão de doutrinação, mas envolve uma série de práticas pedagógicas que podem influenciar a formação dos alunos de maneira tendenciosa. As autoras discutem a necessidade de uma revisão dos currículos de ensino religioso, a fim de garantir que as aulas sejam verdadeiramente plurais e respeitem as diferentes crenças, sem tentar impor uma religião sobre as demais. Essa revisão deve incluir a formação contínua dos professores, para que possam atuar com mais sensibilidade em relação às diversidades religiosas e, assim, garantir uma abordagem neutra e respeitosa no tratamento das questões de fé.

Além disso, o ensino religioso não pode ser encarado apenas como uma questão de neutralidade acadêmica, mas também como um espaço para reflexão ética e cidadã. Segundo Ulrich e Gonçalves (2018, p. 20), a contradição legal entre a natureza laica do Estado e a presença do ensino religioso nas escolas públicas brasileiras gera complexidades epistemológicas que precisam ser endereçadas. Enquanto a Constituição de 1988 garante a liberdade religiosa e a laicidade do Estado, a prática do ensino religioso nas escolas ainda enfrenta obstáculos significativos para se alinhar com esses princípios, especialmente quando o proselitismo é percebido em muitas de suas manifestações.

O desafio de lidar com o proselitismo no ensino religioso é, portanto, uma questão que exige uma abordagem crítica e cuidadosa por parte dos educadores,

das autoridades escolares e dos formuladores de políticas educacionais. Ramos, Ramos e Soares (2022, p. 26) apontam que uma das principais soluções para esse problema seria a implementação de uma formação de professores mais robusta, com foco no desenvolvimento de habilidades pedagógicas que favoreçam o respeito à pluralidade religiosa e à diversidade cultural. O ensino religioso nas escolas deve ser pensada como um espaço de aprendizado sobre diferentes tradições espirituais, sem que haja qualquer tentativa de convencimento ou indução à adesão a uma fé específica.

A pandemia de COVID-19 também trouxe novos desafios ao ensino religioso, como observado por Vasconcelos (2023). A adaptação ao ensino remoto evidenciou a dificuldade de garantir que as práticas religiosas nas escolas fossem conduzidas de maneira apropriada, respeitando a diversidade de crenças de forma ética e legal. Isso ampliou ainda mais as discussões sobre a necessidade de revisão das metodologias e dos materiais didáticos utilizados, visando a construção de um ensino mais inclusivo e plural.

Diante desse cenário, o ensino religioso nas escolas brasileiras precisa avançar para um modelo que privilegie a educação crítica e a formação ética, acima de qualquer tentativa de proselitismo. O uso de novos paradigmas educacionais, como o pensamento complexo e transdisciplinar, proposto por Evangelista e Aragão (2023), pode ajudar a promover uma educação mais aberta ao diálogo entre diferentes saberes e tradições, sem sacrificar a laicidade do Estado ou a liberdade de crença dos alunos. Somente com uma abordagem mais reflexiva e inclusiva, será possível garantir que o ensino religioso nas escolas cumpra sua função educativa, respeitando as normas legais e o pluralismo religioso presente na sociedade brasileira.

2 Ensino religioso laico: um caminho para a educação plural

O ensino religioso laico é um conceito fundamental para a construção de uma educação plural no Brasil, um país reconhecido por sua diversidade religiosa e pela laicidade do Estado (Lourenço; Guedes, 2019, p. 147). A Constituição Brasileira de 1988 assegura a liberdade religiosa e a laicidade do Estado, estabelecendo que o ensino religioso nas escolas públicas deve ser oferecido de maneira não confessional (Calderón, 2012, p. 30). Ou seja, deve ser orientado por uma perspectiva acadêmica, que explore as diversas tradições religiosas de forma neutra e respeitosa. No entanto, a realidade nas escolas muitas vezes se distancia dessa diretriz constitucional, revelando a complexidade e os desafios de implementar um ensino verdadeiramente plural (Silveira, 2021, p. 4).

A legislação brasileira, ao tratar do ensino religioso, deixa claro que ele deve ser laico, sem favorecimento a nenhuma religião específica. Entretanto, como apontam Cury (2004) e Rodrigues e Junqueira (2009), a aplicação dessa norma nas escolas públicas nem sempre é eficaz. O ensino religioso nas salas de aula muitas vezes adota uma perspectiva confessional, com ênfase em uma religião majoritária, como o cristianismo. Esse viés contraria a proposta de uma educação laica, pois pode induzir os alunos a uma adesão religiosa, em vez de promover o conhecimento crítico sobre diversas tradições espirituais. A falta de formação específica para os docentes também contribui para a manutenção dessa abordagem.

Um aspecto central dessa discussão é a tensão entre a legislação que garante a laicidade do ensino religioso e a prática nas escolas. Segundo Ulrich e Gonçalves (2018), o Supremo Tribunal Federal (STF) tem se posicionado em algumas ocasiões sobre o caráter confessional do ensino religioso nas escolas

públicas. O julgamento que declarou ser constitucional o ensino religioso confessional em escolas públicas, no caso de uma decisão do STF de 2017.

A diferença entre o que está estabelecido nos documentos oficiais e a realidade das escolas pode ser observada também no campo das regulamentações locais. De acordo com Paiva, Coelho e Costa (2024, p. 15), embora existam diretrizes gerais para o ensino religioso no país, muitos estados e municípios adotam interpretações divergentes sobre como implementar essas normas. Em alguns casos, as escolas acabam adotando uma abordagem confessional, muitas vezes sem o devido acompanhamento das autoridades competentes. Isso cria um cenário de desinformação e desequilíbrio, onde o direito à educação laica é comprometido em nome de uma agenda religiosa específica (Campos *et al.*, 2024, p. 289-290).

A educação plural no Brasil é uma necessidade urgente, especialmente em um contexto onde a diversidade religiosa é uma característica marcante da sociedade. Veiga, Lau e Silva (2021, p. 14-15) destacam que a escola pública tem um papel fundamental na promoção da convivência pacífica entre diferentes grupos religiosos, respeitando a liberdade de crença de todos os estudantes. Um ensino religioso laico, que não seja tendencioso e que contemple o estudo de diversas religiões, pode contribuir para a formação de cidadãos críticos e respeitosos com as diferenças, algo essencial em um país democrático e plural (Ferraz, 2023, p. 212).

A laicidade do ensino religioso também se reflete na BNCC, que traz a necessidade de uma abordagem ética e pluralista no ensino de religiões. De acordo com Nogueira, Beise e Silva (2020), a BNCC, ao incluir o ensino religioso como componente curricular, sublinha a importância de promover uma visão abrangente e respeitosa das diferentes tradições religiosas. A formação de valores como respeito, liberdade e pluralidade é essencial para o desenvolvimento de uma sociedade democrática. O ensino religioso, portanto, não deve ser visto

como uma ferramenta de proselitismo, mas como uma oportunidade para os alunos compreenderem as diversas manifestações de fé e suas implicações culturais e sociais.

O desafio do ensino religioso laico, portanto, não reside apenas na elaboração de leis e diretrizes, mas na implementação efetiva dessas normas nas escolas. Como ressaltam Giumbelli (2024) e Cruz e Santano (2022), a “laicidade à brasileira” ainda está longe de ser plenamente consolidada nas práticas escolares, e o ensino religioso é um dos campos mais desafiadores dessa construção. A educação laica precisa ser mais do que um conceito legal; deve se traduzir em práticas pedagógicas que efetivamente promovam a pluralidade religiosa, respeitando a laicidade do Estado e as liberdades individuais dos estudantes.

Em suma, um ensino religioso verdadeiramente laico é essencial para garantir uma educação plural, respeitosa e democrática no Brasil. A legislação brasileira oferece o arcabouço necessário para essa prática, mas a realidade das escolas ainda enfrenta desafios significativos para implementar essa proposta. A formação continuada dos professores, a adequação dos materiais didáticos e a fiscalização rigorosa das políticas educacionais são passos fundamentais para que o ensino religioso nas escolas públicas se alinhe com os princípios constitucionais da laicidade e da liberdade religiosa. Somente assim será possível garantir que todos os alunos possam conviver em um ambiente de respeito à diversidade religiosa, sem pressões para aderir a uma crença específica.

3 Formação de professores para o ensino religioso laico

A formação de professores para o ensino religioso laico no Brasil é um tema crucial para a construção de uma educação plural e democrática. Embora a legislação brasileira, como a Constituição de 1988, tenha estabelecido que o ensino religioso nas escolas públicas deve ser laico, a prática em muitas salas de

aula ainda se distancia dessa diretriz, com a presença de abordagens confessionais ou com viés proselitista. Um dos principais desafios nesse contexto é a formação inadequada dos docentes, que, em muitos casos, não recebem a preparação necessária para atuar de maneira crítica, neutra e respeitosa com as diversas tradições religiosas. Como aponta Ribeiro (2017, p. 106-107), a falta de uma formação específica e robusta para os professores de ensino religioso tem gerado sérias dificuldades na implementação da laicidade nas escolas públicas brasileiras.

A necessidade de uma formação mais aprofundada e crítica dos professores é amplamente discutida por diversos autores. Silva *et al.* (2019, p. 296) afirmam que, além da competência pedagógica, os docentes devem ser preparados para lidar com a diversidade religiosa de forma respeitosa e inclusiva. A formação de professores para o ensino religioso laico não pode se restringir ao conhecimento das doutrinas das principais religiões, mas deve incluir uma compreensão crítica sobre a laicidade do Estado, a diversidade religiosa e os desafios de ensinar sobre religião em um espaço público. Esse tipo de formação exige, portanto, uma abordagem complexa, que integre conhecimentos das ciências da religião, da pedagogia e das ciências sociais.

Miranda *et al.* (2020, p. 137) destacam que, no contexto brasileiro, os professores de ensino religioso muitas vezes possuem uma formação que privilegia uma visão confessional, com forte ênfase nas doutrinas cristãs, especialmente o catolicismo e o protestantismo. Essa abordagem acaba por enfraquecer o caráter laico do ensino religioso, ao promover uma visão religiosa específica em vez de um estudo imparcial das várias tradições religiosas. A falta de uma formação sólida para os docentes também pode contribuir para a perpetuação de práticas proselitistas nas escolas, onde o objetivo de formar cidadãos críticos e respeitosos com a diversidade religiosa é ofuscado por uma tentativa de conversão ou doutrinação.

A formação docente para o ensino religioso laico deveria, portanto, ser mais do que uma questão de adequação legal ou de transmissão de conteúdos religiosos. Segundo Torres e Ribeiro (2021), é fundamental que a formação desses profissionais envolva uma reflexão profunda sobre os conceitos de laicidade e pluralidade religiosa. Além disso, essa formação precisa ser contínua e acompanhada de práticas pedagógicas que incentivem a reflexão ética e o respeito à diversidade, sem imposição de uma fé em particular. Isso inclui a capacitação dos professores para lidar com questões de intolerância religiosa e preconceito, que podem surgir em um ambiente escolar plural, e para promover o diálogo entre as diferentes tradições religiosas presentes na sociedade brasileira.

O que se observa, no entanto, é que a formação de professores ainda é um processo fragmentado e muitas vezes superficial. De acordo com Vasconcelos (2023), a formação dos docentes para o ensino religioso muitas vezes carece de um planejamento sistemático e de recursos adequados. Em tempos de pandemia, o ensino remoto trouxe à tona ainda mais as limitações da formação dos professores, que se viram sem as ferramentas e o conhecimento necessários para lidar com a diversidade religiosa de forma eficaz em um ambiente digital. A dificuldade de adaptação e a falta de recursos pedagógicos adequados aumentaram ainda mais a desigualdade de qualidade no ensino religioso nas escolas públicas.

Além disso, a formação de professores para o ensino religioso laico também deve ser contextualizada no quadro das legislações e das políticas públicas. Como apontam *Barcelos et al.* (2021), a implementação de leis como a Lei Municipal 7.280/2019, que estabelece normas sobre o ensino religioso nas escolas de São Bernardo do Campo, evidencia a disparidade nas regulamentações locais. A diversidade de legislações municipais e estaduais sobre o ensino religioso pode resultar em abordagens pedagógicas inconsistentes e contraditórias, dificultando

a aplicação de um modelo de ensino verdadeiramente laico e plural. Portanto, é essencial que haja uma maior uniformização das políticas de formação de professores, com a definição de diretrizes claras e com a capacitação contínua dos educadores em nível nacional.

A busca por uma abordagem mais complexa e transdisciplinar no ensino religioso também é uma proposta que visa a superar as limitações da formação tradicional dos professores. Evangelista e Aragão (2023) sugerem que a implementação de um novo paradigma pedagógico, baseado no pensamento complexo, pode ser uma solução para os desafios do ensino religioso. Este paradigma favorece a integração de diferentes áreas do conhecimento, como as ciências da religião, a filosofia, a sociologia e a pedagogia, permitindo que os professores desenvolvam uma compreensão mais profunda e crítica das questões religiosas e das suas implicações sociais e culturais. A transdisciplinaridade, nesse sentido, oferece uma visão mais ampla do ensino religioso, reconhecendo a complexidade do fenômeno religioso e sua importância no contexto educacional.

Para que o ensino religioso laico seja efetivamente implantado nas escolas brasileiras, é imprescindível que a formação dos professores seja repensada de forma crítica e holística. A formação contínua dos educadores deve ser um compromisso do Estado, para que os docentes estejam preparados não apenas para ensinar sobre as diferentes religiões, mas também para promover um ambiente escolar que respeite a diversidade religiosa e combata qualquer forma de intolerância. Nesse sentido, é necessário que as universidades e as instituições formadoras de professores integrem os princípios da laicidade e da pluralidade religiosa em seus currículos, garantindo que os futuros professores de ensino religioso estejam prontos para enfrentar os desafios dessa área com competência, sensibilidade e ética.

Em síntese, a formação de professores para o ensino religioso laico no Brasil ainda enfrenta grandes desafios, que vão desde a falta de uma preparação teórica e prática adequada até a resistência a mudanças nos currículos escolares. É urgente que o Estado, as universidades e as redes de ensino adotem uma abordagem mais crítica e plural, capacitando os docentes a lidar com a diversidade religiosa de forma respeitosa e sem viés confessional. Somente assim será possível garantir um ensino religioso que respeite os direitos dos alunos, promova a convivência pacífica entre as diferentes religiões e esteja alinhado com os princípios da laicidade e da democracia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As discussões apresentadas ao longo deste trabalho permitiram aprofundar a compreensão sobre a necessidade urgente de um ensino religioso laico nas escolas brasileiras, que promova a diversidade e o respeito às diferenças. A partir da análise das legislações que norteiam o ensino religioso e da realidade nas escolas, foi possível observar que, apesar da Constituição Brasileira de 1988 garantir a laicidade do Estado e a liberdade religiosa, a prática pedagógica nas escolas públicas muitas vezes se desvia desses princípios, adotando abordagens confessionais e proselitistas. Esse cenário, que vai de encontro aos preceitos legais, compromete a pluralidade e a democracia que devem caracterizar o ambiente escolar.

O objetivo deste estudo, que era discutir e fundamentar a necessidade de um ensino religioso laico e não proselitista, foi alcançado ao evidenciar as lacunas entre as diretrizes legais e a implementação nas práticas educacionais. Observou-se que a formação inadequada dos professores de ensino religioso é uma das principais causas para essa disparidade, uma vez que muitos educadores não recebem a preparação necessária para atuar de forma neutra e inclusiva,

respeitando a diversidade religiosa. A falta de uma formação específica e crítica compromete a aplicação do ensino religioso de maneira que ele realmente contribua para a construção de uma educação plural, que respeite todas as crenças e promova a convivência pacífica entre as diferenças.

Além disso, foi identificado que a legislação, embora estabeleça claramente que o ensino religioso deve ser laico, enfrenta um grande desafio na sua aplicação efetiva, dada a diversidade de interpretações locais e regionais sobre o que significa a laicidade no contexto escolar. Como discutido, a atuação dos professores, a escolha dos materiais didáticos e as práticas pedagógicas nas escolas nem sempre acompanham as normas legais, o que evidencia a necessidade de uma regulamentação mais clara e de um monitoramento rigoroso por parte dos órgãos responsáveis. As lacunas observadas revelam também uma falta de uniformidade no preparo dos educadores, o que reflete um problema maior de implementação de políticas públicas no ensino religioso.

A formação docente, como discutido, precisa ser revista e atualizada, integrando uma abordagem mais crítica e transdisciplinar, que compreenda o fenômeno religioso de forma complexa e plural. Isso incluiria a introdução de práticas pedagógicas que não apenas informem sobre as diferentes tradições religiosas, mas que também desenvolvam competências para lidar com a intolerância e os conflitos religiosos no ambiente escolar. A formação de professores deve, assim, ser encarada como uma prioridade para garantir que os educadores não apenas transmitam conteúdos religiosos de maneira neutra, mas que também promovam um espaço de reflexão ética, respeito e construção do pensamento crítico.

Entretanto, algumas lacunas ainda permanecem nos estudos sobre o ensino religioso laico no Brasil. As pesquisas realizadas apontaram para a necessidade de uma maior investigação sobre a eficácia das políticas públicas no ensino religioso, especialmente em relação à implementação de currículos que

contemplem a diversidade religiosa de maneira efetiva. Além disso, estudos futuros poderiam abordar mais profundamente as formas de resistência ao ensino religioso laico dentro das escolas e as implicações dessa resistência para a formação de cidadãos em uma sociedade democrática. O impacto da pandemia no ensino remoto também representa uma área pouco explorada, especialmente no que se refere ao desafio de promover a diversidade religiosa de forma eficaz no ambiente digital.

Por fim, os avanços na promoção de um ensino religioso verdadeiramente laico e não proselitista dependem de uma mudança estrutural na formação de professores, na definição de políticas públicas mais claras e na adoção de práticas pedagógicas que priorizem a pluralidade religiosa e a convivência harmoniosa entre os diferentes grupos. Novos estudos devem se concentrar na análise das práticas educacionais que efetivamente promovem esses princípios e na identificação de estratégias pedagógicas que possam ser implementadas de maneira eficaz para superar as limitações observadas nas pesquisas existentes. Só assim será possível avançar na construção de um ambiente escolar que respeite as diferenças religiosas e contribua para a formação de cidadãos mais tolerantes e críticos.

REFERÊNCIAS

- BARCELLOS, Lusival Antonio *et al.* O ensino religioso no Estado Laico Brasileiro e a Lei Municipal 7.280/2019. *Estudos de Religião, São Bernardo do Campo*, v. 35, n. 1, p. 127-150, 2021.
- BRASIL, Taciana Brasil. Ensino Religioso no Brasil: da confessionalidade à laicidade? *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, v. 31, n. 119, p. e0223290, 2023.
- CALDERÓN, Germán Calderón. Ensino religioso em um país laico. *Analecta*, v. 13, n. 2, p. 27-46, 2012.

CAMPOS, Fabiano Victor *et al.* Ciências da religião, ensino religioso e base nacional comum curricular: alteridade, interculturalidade e abertura dialogal. *Boletim de Conjuntura (BOCA)*, v. 17, n. 51, p. 285-311, 2024.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Ensino religioso na escola pública: o retorno de uma polêmica recorrente. *Revista brasileira de educação*, p. 183-191, 2004.

EVANGELISTA, Romário; ARAGÃO, Gilbraz. Ensino Religioso à luz de um novo paradigma: pensamento complexo e transdisciplinar. *Sacrilegens*, v. 20, n. 1, 2023.

FERRAZ, Jonatas Francisco. Educação e religião: o impacto da temática religiosa na percepção dos alunos do terceiro ano do ensino médio da escola técnica estadual dr. Celso charuri. *Repositorio de Tesis y Trabajos Finales UAA*, 2023.

FONAPER. *Ensino religioso nas escolas públicas: guia prático para implantação/implementação desse componente nos currículos escolares / coordenação Forum Nacional Permanente do Ensino Religioso, Rede Nacional de Licenciaturas em Ensino Religioso; equipe e organização Adecir Pozzer ... [et al]*. Florianópolis: FONAPER, 2024.

GIUMBELLI, Emerson. A laicidade segundo o Supremo Tribunal Federal brasileiro: observações sobre o julgamento acerca do ensino religioso confessional. *Transformações da laicidade: estado, religião e sociedade em relação*. Brasília: ABA Publicações, p. 243-272, 2024.

KREUZ, Letícia Regina Camargo; SANTANO, Ana Claudia. Laicidade à brasileira” e a decisão do Supremo Tribunal Federal sobre Ensino Religioso Confessional. *Espaço Jurídico: Journal of Law*, n. 2, p. 259-280, 2022.

LOURENÇO, Cristina Sílvia Alves; GUEDES, Maurício Sullivan Balhe. O STF e o ensino religioso em escolas públicas: pluralismo educacional, laicidade estatal e autonomia individual. *Revista de Investigações Constitucionais*, v. 4, p. 145-165, 2019.

MACHADO, José Ronaldo de Freitas; BARATELLA, Ricardo. Ensino religioso: concepção histórica, fundamento legal e relevância na formação básica. *Observatório de la Economía Latinoamericana*, v. 21, n. 10, p. 16094-16110, 2023.

MARTINS, José Geovânio Buenos Aires. A dimensão do proselitismo em aulas de ensino religioso: uma discussão preliminar. *UNITAS-Revista Eletrônica de Teologia e Ciências das Religiões*, v. 9, n. 2, p. 197-212, 2021.

MARTINS, José Geovânio Buenos Aires; ROSA, André Luís da; FIGUEIREDO, Luciano Silva. Elementos para uma análise do proselitismo em aulas de ensino religioso. *UNITAS-Revista Eletrônica de Teologia e Ciências das Religiões*, v. 10, n. 1, 2022.

MIRANDA, Antonio Michel de Jesus Oliveira *et al.* O Ensino Religioso no estado laico brasileiro: perfilação e formação docente. *Tear Online*, v. 9, n. 1, p. 132-143, 2020.

MONTE, Maria Bernadete de Sousa Carvalho. Reflexões sobre as práticas pedagógicas do ensino religioso na escola pública. *Revista Educação em Contexto*, v. 3, n. 1, p. 25-40, 2024.

MONTEGRO, Erivelto Nick Farney Carvalho. Ensino religioso na educação: tessituras entre a intolerância de crenças e opiniões Religious education in education: tessitures between beliefs and opinions. *Brazilian Journal of Development*, v. 8, n. 5, p. 36602-36626, 2022.

NATALLI, Margarete da Penha Dornellas. O Ensino Religioso a Partir da Fundamentação Oferecida pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC). *UNITAS-Revista Eletrônica de Teologia e Ciências das Religiões*, v. 11, n. 2, 2023.

NOGUEIRA, Sandra Vidal; BEISE, Claudete Ulrich; SILVA, Edeson dos Anjos. Ensino religioso plural na educação básica: uma área do conhecimento humano em consolidação. *Caminhos-Revista de Ciências da Religião*, v. 18, p. 28-44, 2020.

PAIVA, Flávia Russo Silva; COELHO, Ligia Martha Coimbra da Costa; COSTA, Valdeney Lima da. Ensino Religioso entre regulações nacional e locais. *Educação em Foco*, v. 27, n. 52, p. 1-20, 2024.

RAMOS, Leonardo; RAMOS, Érica Marcelo Feliciano; SOARES, André. O ensino religioso na educação escolar. *Composição - Revista de Ciências Sociais da UFMS*, v. 3, n. 26, p. 09-33, 2022.

RANQUETAT JR, Cesar A. Religião em sala de aula: o ensino religioso nas escolas públicas brasileiras. *CSOnline-Revista Eletrônica de Ciências Sociais*, n. 1, 2007.

RIBEIRO, Claudia Andrade Torres. Desafios na formação para docentes de Ensino Religioso. In: *Anais do Congresso Internacional da Faculdades EST*. 2017. p. 103-109.

RODRIGUES, Edile Fracaro; JUNQUEIRA, Sérgio. *Fundamentando pedagogicamente o ensino religioso*. Editora Ibepex, 2009.

SILVA, Cícero Lopes; ARAGÃO, Gilbraz de Souza; LIBÓRIO, Luiz Alencar. Ensino Religioso Laico: um olhar complexo e transdisciplinar. *Caminhos-Revista de Ciências da Religião*, v. 17, p. 296-312, 2019.

SILVEIRA, Emerson Sena da. Estado laico, ensino religioso e intolerância: os desafios da educação pública. *Educação, Escola & Sociedade*, v. 14, n. 16, p. 1-25, 2021.

SILVESTRE, Armando. O ensino religioso e seus desafios para a educação básica na atualidade. *Revista Teológica Doxia*, v. 9, n. 13, p. 72-80, 2024.

TORRES, Mônica Moreira Oliveira; RIBEIRO, Antonio Lopes. Formação de professores para o ensino religioso: diálogos e reflexões. *Caminhos-Revista de Ciências da Religião*, v. 19, n. 3, p. 714-728, 2021.

ULRICH, Claudete Beise; GONÇALVES, José Mario. O estranho caso do ensino religioso:: contradições legais e questões epistemológicas. *Estudos Teológicos*, v. 58, n. 1, p. 14-27, 2018.

VASCONCELOS, Cleyton Carlos Silva de. *Ensino religioso em tempos de pandemia: desafios para os docentes da rede municipal de João Pessoa–PB*. Dissertação. 2023. Programa de Pós-Graduação em Ciências das Religiões, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa.

VEIGA, Flávio Cavalcante; LAU, Fábio Henrique S. de L.; SILVA, Karine Nascimento. A escola pública como pilar da democracia: a contribuição do ensino religioso. *Anais dos Simpósios da ABHR*, 2021.